

CENTRALIZAÇÃO/DESCENTRALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CT&I NO BRASIL

Gabriel Bandeira Coelho¹

Everton Garcia da Costa²

As últimas décadas do século passado ficaram marcadas pela emergência de um novo tipo de organização social, a qual tem recebido diversas designações: sociedade do conhecimento, sociedade da informação, sociedade pós-industrial, sociedade pós-moderna etc. (BELL, 1977, CASTELLS, 1999, LYOTARD, 1986). Para além dessas nomenclaturas, está o fato de que vivemos, hoje, em um novo paradigma social, o qual está ancorado na constante revolução das inovações tecnológicas.

Este paradigma emergente – o qual vem afetando as mais diferentes esferas da vida social, como as relações políticas, econômicas e culturais – tem tomado proporções cada vez mais globais, conforme salienta Giddens (1991). Frente às demandas dessa “nova sociedade”, muitas nações têm empreendido esforços significativos para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação como norte fundamental para o seu crescimento e progresso, tanto em nível político como econômico e social.

Com o Brasil não tem sido diferente. O “Livro Branco de Ciência, Tecnologia e Inovação” (CT&I), elaborado em 2002, durante o governo FHC, destaca aquele ano como sendo o ano da inovação no Brasil. De fato, o ano de 2002 representa um marco para a CT&I brasileira, uma vez que a partir desta data, foram traçados pelo Estado brasileiro (na figura do Governo Federal, através do Ministério de Ciência e Tecnologia) novos rumos para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional,

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Grupo de Pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS/UFRGS).

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU/Sociologia UFRGS).

visando superar as barreiras históricas que têm dificultado o desenvolvimento da inovação no Brasil (BRASIL, 2002).

A política científica e tecnológica defendida pelo Governo Federal no Livro Branco tinha como intuito descentralizar – através da integração de diversos centros de pesquisa, sejam eles privados ou públicos – o processo de produção de conhecimento científico e, conseqüentemente, desenvolver o trinômio Ciência, Tecnologia e Inovação em todo território nacional. Isso porque, a descentralização da produção de conhecimento científico passou a ser vista como um dos pontos nodais para a efetiva consolidação de um Sistema Nacional de CT&I no país, bem como para a efetiva integração e o reconhecimento internacional da ciência brasileira.

Ao falarmos de cooperação e de interação, não podemos deixar de salientar as mudanças que têm ocorrido no cenário científico brasileiro, especialmente a partir do marco estabelecido pelo Livro Branco. Essas transformações dizem respeito, sobretudo ao estabelecimento de uma meta ou de uma Política Nacional de Ciência, que tem visado, principalmente, a descentralização da produção de ciência em território nacional, com o objetivo de integrar as diversas regiões do País e, conseqüentemente, atenuar as desigualdades, em especial as desigualdades científicas.

Para que a necessidade da descentralização da ciência no Brasil se torne clara, basta observarmos alguns dados estatísticos relacionados à pós-graduação, por exemplo. Em 2012 (passada uma década desde a elaboração do Livro Branco), havia no país um total de 56.977 professores permanentes e 13.380 colaboradores. Dividindo-os por regiões, visualizamos o seguinte cenário de concentração: a região Centro-oeste possuía 4.219 docentes permanentes e 908 colaboradores; a região Nordeste possuía 10.194 docentes permanentes e 2.598 colaboradores; a região Norte possuía 2.528 docentes permanentes e 702 colaboradores; a região Sudeste possuía 29.450 docentes permanentes e 6.969 colaboradores; e a região Sul 10.586 docentes permanentes e 2.203 colaboradores (CAPES, 2014). Como podemos ver,

há uma ampla concentração de capital humano (pesquisadores) na região Sudeste. Somente os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo concentram, juntos, 50,2% dos professores permanentes e 50,5% dos professores colaboradores que atuam nos Programas de Pós-Graduação (PPG) no Brasil. Além disso, cabe considerar ainda que, em 2002, havia no país 825 PPG considerados como de excelência pela Capes (aqueles com conceito 6 e 7); deste total, 579 (70%) estava concentrada no Sudeste.

Nesse sentido, apesar dos esforços de descentralização iniciados a partir de 2002, com a publicação do Livro Branco, podemos dizer que a produção de conhecimento científico brasileira, pelo menos no que concerne ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), está dividida ainda em centro/periferia. O centro está representado pelos três estados da região Sudeste, isto é, Minas Gerais, Rio de Janeiro e principalmente São Paulo. Por sua vez, na periferia estão as demais regiões.

A centralização da produção científica e tecnológica nacional está ainda diretamente vinculada a outro importante fenômeno: a mobilização/migração de pesquisadores, principalmente no sentido periferia-centro. Em outras palavras, isso significa dizer que, em virtude do fato do centro (região Sudeste) concentrar não apenas a maior parte dos pesquisadores, mas também a soma maioria dos programas de excelência, muitos dos pesquisadores localizados na periferia buscam transferir-se para o centro.

Frente a esse cenário, algumas questões merecem ser problematizadas: em que medida este fluxo interno de pesquisadores no âmbito do SNPG tem dificultado/facilitado o desenvolvimento da ciência no Brasil? Como esta migração de pesquisadores interfere na interiorização da ciência no território nacional e, com efeito, na política de descentralização iniciada pelo Livro Branco? Quais fatores estão diretamente relacionados à significativa concentração de pesquisadores, e também de PPGs de excelência na região Sudeste? Tratam-se de fatores de ordem



puramente geográfica e econômica, ou há também uma dimensão política que subjaz a esta centralização?

REFERÊNCIAS

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social**. São Paulo: Cultrix, 1977.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro Branco: Ciência, Tecnologia e Inovação** / Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarAreaAvaliacao>. Acesso em: 20/09/2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**; v1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GIDDENS, Anthony. GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.